



INSTITUTO IGARAPÉ
a think and do tank

DESAFIOS E RECOMENDAÇÕES PARA A AMAZÔNIA A PARTIR DA VOZ DE MULHERES DEFENSORAS DOS DIREITOS HUMANOS E DO MEIO AMBIENTE



Peru

Índice

Introdução	1
A Amazônia peruana e o “Peru profundo”	2
Metodologia	7
Os desafios pelo olhar das mulheres defensoras	8
Justiça ambiental: demarcação, uma questão de sobrevivência	9
O papel de defensora: violência de gênero e sobrecarga	11
A pressão exercida pelas atividades econômicas lícitas e ilícitas sobre o território	13
Caminhos possíveis	15
Notas de fim	17

Introdução

“Com as mudanças climáticas em curso, o calor afeta todo mundo, tanto na cidade quanto no campo. Vivemos no campo, mas também sentimos as mudanças e isso incomoda. Como, então, não continuar defendendo nossas árvores? Elas têm vida, mas não falam. Quem pode falar por elas, defendê-las, somos nós.”

- Defensora indígena da selva norte peruana

As florestas estão correndo perigo e as populações que vivem nessas áreas enfrentam as ameaças impostas pelas mudanças climáticas. Essa foi a principal mensagem que o Instituto Igarapé escutou das mulheres defensoras que foram entrevistadas para este estudo. O estudo aborda a complexa e profunda relação entre as mulheres indígenas e seus territórios no Peru, e busca analisar suas experiências, desafios e conquistas na proteção dos territórios e no combate às mudanças climáticas. As mulheres defensoras enfrentam múltiplas pressões – ambientais, econômicas e sociais – em toda a região amazônica.

O estudo foi motivado pela necessidade de amplificar a voz das defensoras peruanas, muitas vezes invisibilizadas ou subvalorizadas, mas vitais para a compreensão do cenário atual da crise climática. A análise aqui apresentada traz revelações significativas:

- O contexto de extrema desigualdade social na sociedade peruana, agravado pela marginalização histórica das populações indígenas, principalmente nas regiões isoladas da Amazônia peruana, ressalta a necessidade urgente de políticas inclusivas que assegurem os direitos territoriais, a demarcação de terras e o acesso a serviços básicos. No entanto, a falta de políticas públicas direcionadas para as mulheres indígenas, aliada à limitação de recursos financeiros para apoiar suas iniciativas de proteção ambiental, representa barreiras significativas.
- Para as mulheres indígenas, a Amazônia é vital para seu modo de vida e cultura. Elas têm um papel fundamental na proteção desse território, embora enfrentem pressões decorrentes das atividades econômicas legais e ilegais que ameaçam seus territórios e modos de vida.
- No Peru, as mulheres indígenas não apenas protegem seus territórios, como também lideram as organizações locais, enfrentando ameaças à sua integridade física e violência de gênero, agravadas por sua atuação na defesa ambiental.
- Além da escassez de recursos financeiros para apoiar o ativismo das mulheres defensoras, a pesquisa identificou uma sobrecarga de trabalho decorrente de divisões de gênero tradicionais, bem como a discriminação de gênero que enfrentam. Apesar desses obstáculos, as mulheres indígenas destacam suas conquistas, incluindo o aprimoramento de habilidades técnicas e uma participação política mais ativa.

Neste estudo, adotamos uma abordagem participativa, com grupos de discussão e entrevistas aprofundadas com informantes-chave. Essas atividades foram realizadas em colaboração com defensoras locais que atuam em quatro regiões de interesse: Ucayali, San Martín, Madre de Dios e Loreto. Ao todo, conduzimos quatro grupos de discussão e 14 entrevistas. Utilizamos a técnica de Avaliação Participativa Rural (PRA),¹ que inclui mapeamento social e territorial, bem como a classificação de desafios e soluções.

O estudo está dividido em quatro partes. A primeira contextualiza a situação da Amazônia peruana, a segunda detalha a metodologia utilizada na pesquisa, a terceira discute os principais desafios identificados nas entrevistas realizadas e, por fim, a última parte do estudo apresenta uma série de recomendações visando o fortalecimento da proteção dos territórios e a melhoria das condições de vida das mulheres indígenas no Peru. Essas recomendações destacam a importância do papel dessas mulheres na defesa do meio ambiente e na preservação de suas culturas e identidades.

A Amazônia peruana e o “Peru profundo”

O Peru é um país dividido e desigual. Segundo dados de 2021 da World Inequality Database (WID),² a parcela 50% mais pobre da população peruana contribuiu com apenas 5,7% da renda nacional. Em 2019, a participação das mulheres na renda familiar foi de apenas 34,1%, com destaque para a alta concentração de renda entre os mais ricos, predominantemente homens.

Essas desigualdades econômicas são apenas uma faceta das divisões sociais, raciais e de gênero presentes no país. Desde os tempos da colonização até os dias atuais, uma divisão socio-racial se consolidou entre a “grande Lima”, caracterizada como branca, urbana e ocidentalizada, e o “Peru profundo”, que é indígena, andino e rotulado como “incivilizado”.³ Como observou Julio Cotler em 2005, para a oligarquia de Lima, o “Peru profundo”, lar dos povos das florestas, não é considerado parte do Peru.

Um evento que ilustra bem essa situação aconteceu em janeiro de 2023, quando a presidente do Peru, Dina Boluarte, declarou que “Puno não é o Peru”,⁴ em resposta às manifestações contra seu governo. Essa afirmação reflete a discriminação contra a empobrecida região andina de Puno, que foi o foco dos protestos. A divisão social no país é tão acentuada que, até recentemente, existia um muro em Lima, apelidado de “muro da vergonha”, que separava as áreas pobres das mais ricas.

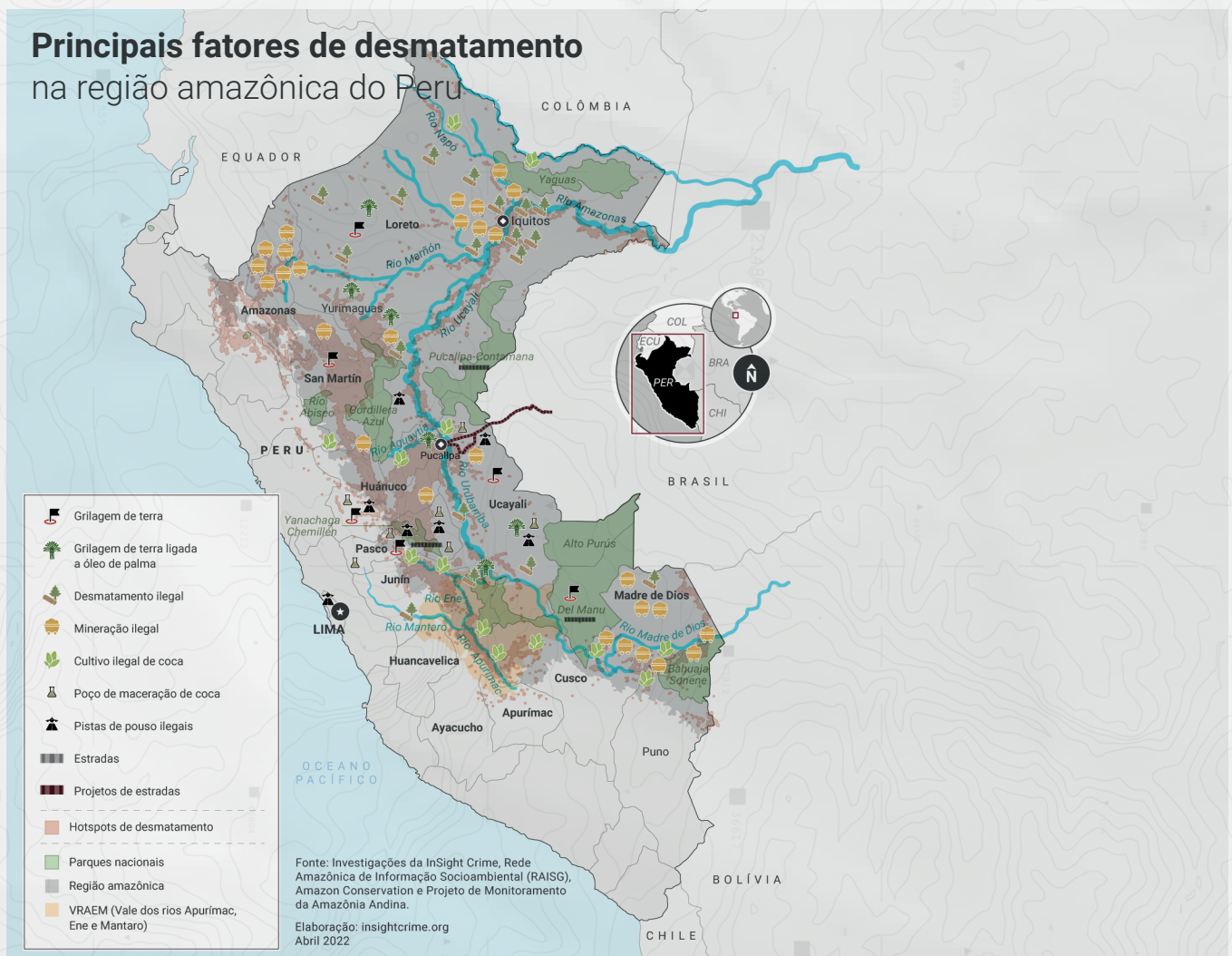
O termo “Peru profundo”, usado para descrever a região amazônica peruana, reflete bem essa divisão. A floresta ocupa quase 60% do território nacional, o que corresponde a mais de 94% das florestas peruanas, e é o lar de mais de 50 comunidades indígenas que representam 12% da população do país.⁵ A combinação de uma extensa floresta tropical com conflitos sociais não reconhecidos oficialmente se tornou um desafio crônico. Em 2022, a Defensoria do Povo do Peru registrou 247 conflitos ambientais ativos.⁶

Uma prova disso é o fato de que aqueles que defendem esses territórios e o meio ambiente são muitas vezes criminalizados, intimidados, agredidos ou até mesmo assassinados. De acordo com a Global Witness,⁷ entre 2012 e 2021, aproximadamente 44 defensores ambientais e da terra foram mortos no Peru, sendo um quarto destes na Amazônia. Segundo a organização civil Tierra de Resistentes,⁸ mais de 70% dos assassinatos de defensores ambientais na região ocorreram na Amazônia, sendo 83% das vítimas da etnia indígena Ashaninka.

Por que essa situação persiste? O relatório “As Raízes dos Crimes Ambientais na Amazônia Peruana”,⁹ elaborado pelo InSight Crime e Instituto Igarapé, revela uma série de crimes ambientais que têm contribuído para intensificar a devastação da Amazônia peruana. Segundo o relatório, 28% do ouro peruano – o país é o maior produtor da América Latina – é obtido ilegalmente. O aumento contínuo nos preços do ouro tem estimulado uma corrida desenfreada pelo metal, beneficiando muitos atores criminosos.

O relatório também identifica outras dinâmicas complexas associadas ao crime ambiental, como o tráfico de fauna e flora, a expansão descontrolada da agricultura, o contrabando de animais e a corrupção. Esses crimes ambientais representam uma fonte de receita de baixo risco para organizações criminosas que usam os lucros para financiar outras atividades econômicas criminosas, como o tráfico de drogas, de pessoas e de armas.¹⁰

Figura 1: Os principais fatores do desmatamento na Amazônia peruana

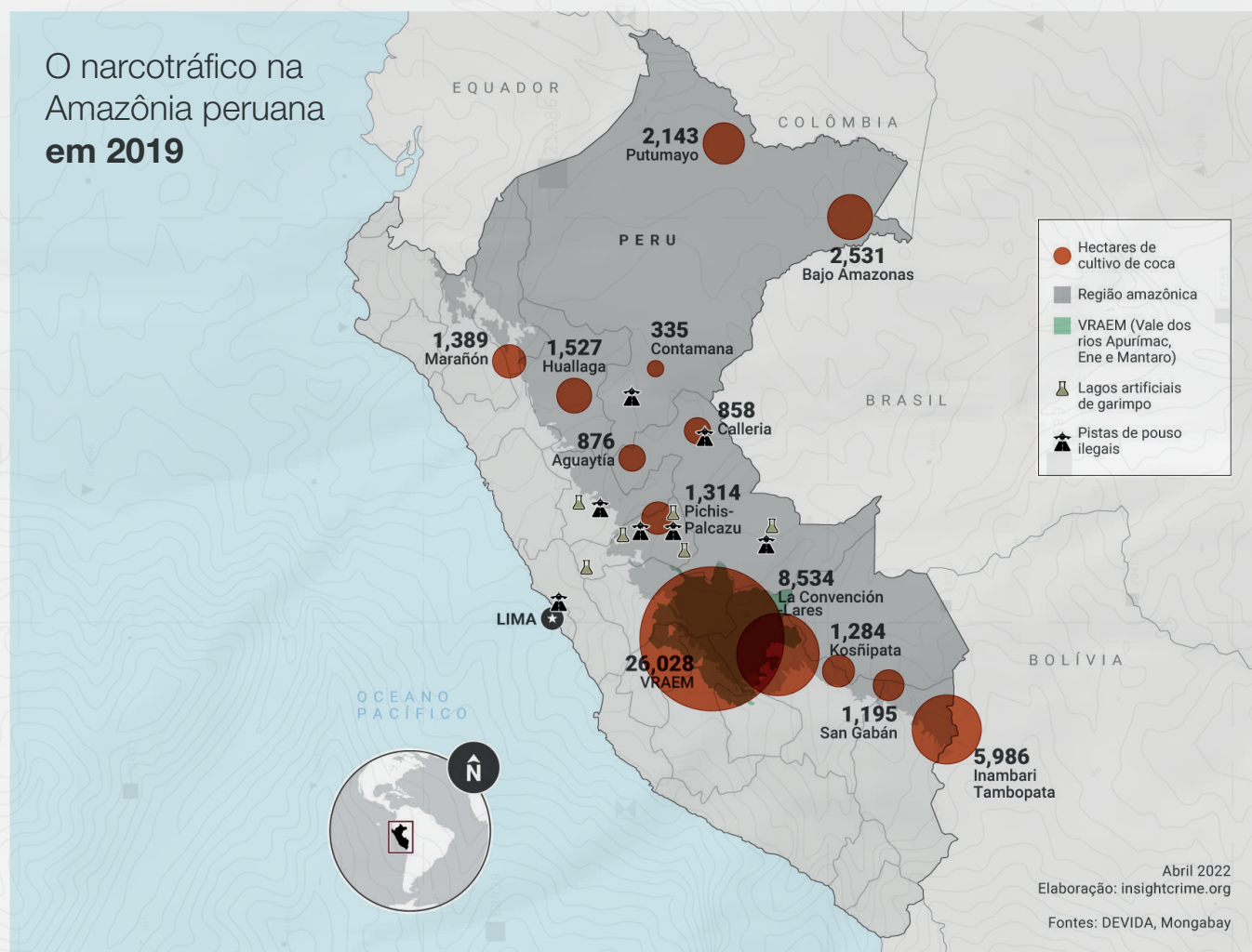


Fonte: Instituto Igarapé e InSight Crime (2022). “As raízes dos crimes ambientais na Amazônia peruana”. <https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2022/06/As-raizes-do-crime-ambiental-na-Amazonia-Peruana.pdf>.

Para os objetivos deste estudo e para entender melhor a Amazônia Peruana, dividimos a região amazônica em três sub-regiões: a selva central, que enfrenta os níveis mais altos de desmatamento; Madre de Dios, uma área recentemente sob intensa pressão; e a selva norte, que abriga os territórios mais isolados.

A selva central, incluindo os estados de Ucayali, Huánuco, Pasco e Junín, tem sofrido intensamente com cultivos ilegais e a influência do crime organizado. Os distritos de Puerto Bermúdez e Constitución, localizados na confluência de Huánuco, Pasco e Ucayali, são especialmente perigosos para líderes indígenas devido ao crescimento do tráfico de drogas. Essa região enfrenta homicídios e violência contra líderes que lutam para proteger seus territórios. As invasões, muitas vezes disfarçadas de atividades agrícolas ou cultivo de cacau, têm na realidade o objetivo de cultivar coca ilegalmente. A falta de titulação efetiva das terras indígenas agrava esses conflitos e ameaças.¹¹

Figura 2: O narcotráfico na Amazônia peruana



Fonte: Instituto Igarapé e InSight Crime (2022). “As raízes dos crimes ambientais na Amazônia peruana”. <https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2022/06/As-raizes-do-crime-ambiental-na-Amazonia-Peruana.pdf>.

O Ministério do Interior do Peru informou, em meados de 2022, o assassinato de Estela Casanto, em Chanchamayo, estado de Junín. Este caso reflete os graves riscos enfrentados pelas defensoras, particularmente aquelas que combatem a mineração, o desmatamento ilegal, a grilagem de terras e o tráfico de drogas.

Na região leste, que faz fronteira com o Brasil (Serra do Divisor, Alto Juruá/Riozinho da Liberdade), o conflito está mais associado ao desmatamento ilegal. Em 2014, ocorreram quatro assassinatos relacionados ao que ficou conhecido como o caso Saweto. Desde então, as viúvas das vítimas têm reivindicado uma proteção mais efetiva do Estado para suas comunidades.¹²

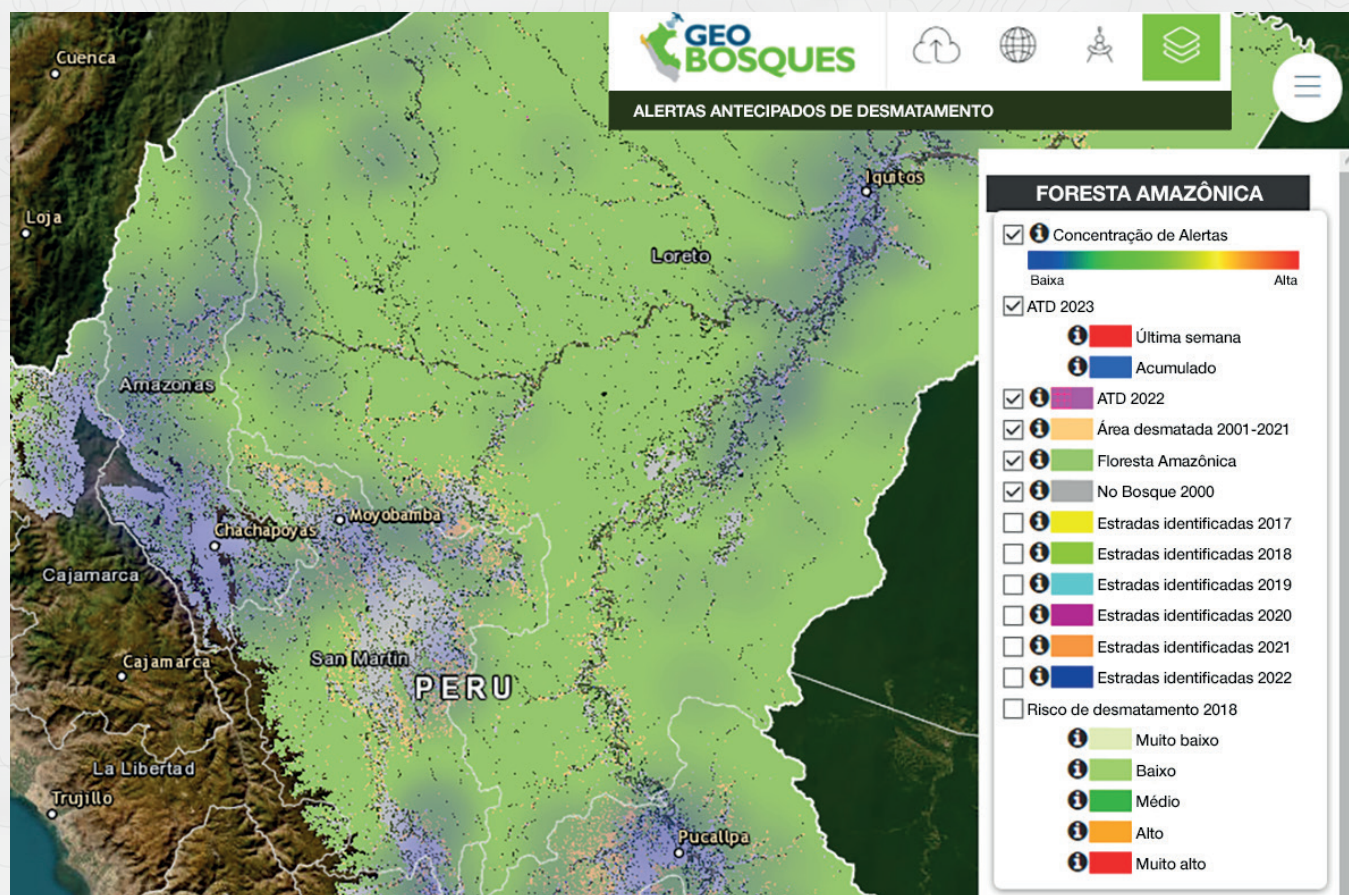
A região de Madre de Dios é o epicentro do desmatamento mais recente, ligado principalmente à mineração nos rios Madre de Dios (no Brasil, conhecido como rio Madeira) e Paríamanu. Esta região tem uma grande quantidade de concessões oficiais de mineração.¹³ A alta densidade de comunidades indígenas, principalmente na fronteira com a Bolívia, gera desafios. Em áreas como Tampobata (especificamente, na Comunidade das Três Ilhas), há relatos de conflitos violentos ligados à luta comunitária contra a mineração ilegal.¹⁴

Além disso, a região é palco de conflitos associados ao tráfico de madeira pela Rodovia Interoceânica, bem como invasões e mudanças no uso da terra para expansão agrícola e tráfico de pessoas.

A região de **Selva Norte**, que engloba os estados de Loreto, Amazonas e San Martín, tem os territórios mais isolados e inacessíveis do país, bem como a cidade de Iquitos, a maior da Amazônia peruana, que em 2002 tinha uma população de quase 400 mil habitantes. Apesar de a região ter o menor número de conflitos registrados e vítimas identificadas, a Selva Norte se destaca pelo conflito com o povo indígena Matsés (Requena-Loreto), cujo território fica localizado na fronteira com o Vale do Javari. O território Matsés ocupa 452.735 hectares – uma das maiores extensões de terra já tituladas em nome de um povo indígena no Peru, incluindo a Comunidade Nativa Matsés. Este vasto território chama a atenção no contexto peruano, onde as terras indígenas são, em sua maioria, menores e fragmentadas.¹⁵

O desmatamento é outra fonte de conflitos na região, segundo alerta da GeoBosques, e está associada à produção de óleo de palma, principalmente no norte de San Martín e em Loreto. Há também desmatamentos provocados pela construção da Rodovia Marginal da Selva IIRSA Norte, pela Odebrecht, empresa brasileira que tem um contrato de concessão com duração de 25 anos. A rodovia provocou ainda uma migração populacional e conflitos sobre a propriedade da terra envolvendo o governo.¹⁶

Figura 3: Alerta antecipado de desmatamento na Selva Norte



Fonte: [Geobosques](https://geobosques.org/), maio de 2023.

Considerando esse contexto, as regiões de Ucayali, San Martín, Madre de Dios e Loreto foram identificadas como áreas de interesse. Trata-se de áreas com intensas dinâmicas de pressão sobre a floresta e uma forte atuação de defensores ambientais e da terra. A metodologia utilizada na pesquisa será descrita a seguir.

Metodologia

Considerando as regiões de interesse, a equipe de pesquisa do Instituto Igarapé contou com a colaboração de uma defensora de San Martín, que se deslocou para Loreto, e outra de Ucayali, que foi a Madre de Dios para coletar informações diretamente no local.

A metodologia adotada nesta pesquisa foi de uma abordagem participativa, com grupos de discussão e entrevistas em profundidade com informantes-chave. A equipe do Instituto Igarapé, em parceria com as defensoras peruanas, conduziu quatro grupos de discussão no Peru: dois em Ucayali (em Coronel Portillo, na cidade de Pucallpa, e em Atalaya, na cidade de Atalaya), um em Junín (na cidade de Satipo) e um em Madre de Dios (na cidade de Puerto Maldonado).¹⁷ Esses grupos usaram técnicas de Avaliação Rural Participativa (PRA). Para complementar os dados coletados, foram também realizadas outras 14 entrevistas em profundidade nas regiões de Loreto, San Martín, Ucayali, Madre de Dios, Loreto e Junín. Entre as principais técnicas de PRA empregadas, destacam-se:

- Mapeamento Social e Territorial: O método envolve a identificação da população de um território específico e suas principais características geográficas. Assim, cada defensora se identifica e descreve o trabalho que realiza em seu território, incluindo onde nasceu e onde atua atualmente.
- Classificação dos Principais Desafios: As participantes dos grupos de discussão, ou defensoras entrevistadas, são convidadas a discutir os principais obstáculos que enfrentam em seus territórios e o impacto desses desafios em seu cotidiano. Ao final das sessões, um exercício de priorização é realizado, com cada defensora apontando os problemas que considera mais importantes.
- Classificação de Soluções: Essa etapa tem como objetivo identificar as soluções consideradas mais eficazes para superar os desafios locais, promovendo um sentimento de empoderamento na busca de respostas para problemas comuns. Após a conclusão dos grupos de discussão, as defensoras são solicitadas a priorizar as soluções que acreditam ter maior potencial para superar os desafios identificados anteriormente.

A organização dos grupos de discussão e das entrevistas foi realizada por defensoras contratadas, com apoio logístico do Instituto Igarapé. Entre as entrevistadas, estavam mulheres de diversas etnias indígenas, bem como líderes de grupos comunitários e associações locais. Para garantir a coesão metodológica, o Instituto Igarapé compartilhou com as defensoras-consultoras temas como ética de pesquisa, confidencialidade e segurança, que foram discutidos em um seminário de pesquisa organizado em setembro de 2022.

O Instituto Igarapé desenvolveu um questionário padrão para empregar nas entrevistas. Todas elas foram gravadas em áudio, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados. Posteriormente, as gravações foram transcritas e analisadas utilizando uma ferramenta interna de análise qualitativa, com categorias predefinidas para destacar os aspectos mais relevantes para os objetivos da pesquisa. A análise final teve como base os dados coletados tanto nos grupos focais quanto nas entrevistas individuais

Os desafios pelo olhar das mulheres defensoras

A relação das mulheres indígenas peruanas com seus territórios é profunda e se destaca, principalmente, pelo fortalecimento e liderança em iniciativas de autoproteção, conforme destaca Camille Boutron (2014). Uma das atividades mais documentadas das defensoras no Peru é a formação dos Comitês de Autodefesa (CAD) no campo, criados em sua maioria como resposta ao surgimento de grupos armados como Sendero Luminoso (Partido Comunista do Peru) e o Movimento Revolucionário Túpac Amaru (MRTA), que se opuseram ao Estado após o término do regime militar. Apesar disso, a contribuição das mulheres defensoras peruanas permaneceu esquecida nos registros históricos da Comissão da Verdade e Reconciliação, realizados décadas depois.¹⁸

As evidências coletadas nas áreas rurais demonstram que, na Amazônia peruana, as mulheres estão saindo dos espaços domésticos e ampliando sua atuação para a esfera pública, enfrentando ameaças aos seus territórios por meio de assembleias comunitárias e outras organizações. As principais ameaças relatadas pelas participantes da pesquisa incluem a expansão não autorizada de infraestrutura rodoviária, grilagem e desapropriação de terras,¹⁹ além de atividades econômicas ilegais.²⁰ Tais ameaças afetam diretamente o território e a subsistência dessas mulheres, expondo-as a abusos, violências e riscos à sua integridade física.

As defensoras também são alvo de uma crescente criminalização e estigmatização, especialmente intensificadas pelas manifestações que ocorrem no país desde 2022. Relatórios enviados à ONU²¹ destacam o uso de métodos repressivos por parte do Estado peruano, incluindo execuções extrajudiciais, detenções arbitrárias de manifestantes e defensores, tortura e tratamento cruel, desumano e degradante de pessoas detidas em delegacias de polícia ou sob custódia policial. Há também preocupações com a possível retaliação e estigmatização das defensoras dos direitos humanos e ambientais, visadas, rotuladas e perseguidas como terroristas devido a seu ativismo, ou por conta de declarações públicas sobre as manifestações.²²

Além dos desafios já mencionados, o precário sistema de proteção e assistência a defensores e defensoras no Peru avança a passos lentos. O Mecanismo Intersetorial para a Proteção dos Defensores de Direitos Humanos no Peru, criado em 2021,²³ é criticado por pesquisadores pela ausência de diretrizes claras para a implementação de medidas de proteção.²⁴ Agravando a situação, o Congresso ainda não ratificou o Acordo de Escazú.

Fato é que as mulheres enfrentam uma situação precária no que diz respeito ao acesso a direitos sociais e fundamentais, inclusive aqueles formalmente garantidos por lei, e há uma carência de políticas públicas específicas para esse grupo. Nas conversas realizadas com as defensoras peruanas, surgiram três macrotemas principais:

- 1. Justiça ambiental como forma de superar o racismo e a exclusão:** Aqui, o foco é a extrema desigualdade da sociedade peruana e a marginalização histórica das populações indígenas que vivem em áreas isoladas, como é o caso do território amazônico. Destaca-se também a importância de implementar políticas inclusivas para garantir direitos territoriais, como a demarcação de terras e o acesso a serviços básicos.
- 2. Riscos e conquistas das mulheres defensoras:** Nesse item, chama atenção os desafios enfrentados pelas mulheres que assumem o papel de defensora, incluindo a sobrecarga de trabalho, o aumento da violência de gênero e as ameaças indiretas em relação ao território e à família. No entanto, essas mulheres também celebram suas conquistas e iniciativas.
- 3. Impacto dos ataques ao território sobre as mulheres:** O terceiro macrotema foca na relação entre as diferentes ações empreendidas por atores públicos, privados e ilegais que afetam o meio ambiente e o território onde essas mulheres defensoras vivem, e o impacto dessas ações em sua vida cotidiana.

Nas subseções seguintes, detalhamos cada um dos macrotemas pelas vozes das mulheres entrevistadas.

Justiça ambiental: demarcação, uma questão de sobrevivência

No Peru, a grande maioria das mulheres defensoras entrevistadas são indígenas. Para elas, os territórios são uma base essencial para sua existência física e continuidade cultural. É nos territórios que elas encontram os recursos e os elementos culturais necessários para a subsistência de suas comunidades e das futuras gerações. Por esta razão, exigem a ampliação da segurança jurídica através do reconhecimento e da regularização fundiária das comunidades indígenas. Embora tenha havido algum progresso nessa área, os desafios ainda prevalecem. A grande maioria dos territórios continua sem titulação formal, o que representa a principal motivação para a mobilização dos povos indígenas.

“[...] comecei a me considerar uma defensora quando minha comunidade foi soterrada por resíduos de mineração. Naquele momento, pensei: tenho que fazer algo [...]”

– Defensora da região de Madre de Dios

A dificuldade de regularizar a situação fundiária dos territórios indígenas está no cerne da luta pelos direitos desses povos, particularmente das mulheres defensoras. Esta luta reflete problemas mais profundos, como o preconceito e racismo contra os indígenas. Esta discriminação se manifesta de diversas formas, incluindo a ausência de indígenas em espaços institucionais públicos e a falta de acesso à cidadania e direitos constitucionais garantidos aos cidadãos peruanos. Essa marginalização surge dos estereótipos negativos sobre os indígenas, vistos como selvagens e inaptos para ambientes tecnológicos ou de expressão escrita.

“[...] Na cidade, nós, indígenas, somos discriminadas. Quando fui a uma reunião do governo regional, também sofri discriminação [...]”

– Defensora da Selva Norte

“[...] Somos discriminadas por sermos indígenas, pela nossa suposta incapacidade de usar câmeras ou gravar vídeos. Já me senti profundamente ofendida nessas circunstâncias. Em uma ocasião, confrontei um homem, dizendo: ‘Não pense que pode nos marginalizar só porque somos indígenas. Morei 30 anos em Lima e não vou tolerar esse tipo de insulto.’”

– Defensora da Selva Norte

Levando em consideração o acesso a direitos fundamentais e sociais²⁵ consolidados, como autodeterminação, educação e saúde, entre outros, chama a atenção o grande número de pessoas vivendo em comunidades indígenas sem documentos de identidade, como o DNI (Documento Nacional de Identidade)²⁶ no Peru. Uma parte importante do trabalho das mulheres entrevistadas nesta pesquisa é justamente a conscientização sobre esses direitos, com orientação sobre os caminhos institucionais para acessá-los e a organização de jornadas para regularizar a documentação necessária.

A equipe de pesquisa identificou a necessidade de um processo de consulta entre as comunidades e o Estado peruano, especialmente em relação ao impacto ambiental em seus territórios. As defensoras argumentam que as pessoas ouvidas nessas consultas não representam plenamente os interesses da comunidade. Em muitos casos, isso é percebido como uma estratégia de cooptação, causando discordâncias internas e disputas, além de enfraquecer a posição política das comunidades.

Nesse contexto, citam o artigo 6º da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT),²⁷ ratificada pelo Peru, que exige a consulta às comunidades indígenas em projetos de infraestrutura e pesquisa em regiões demarcadas ou de preservação ambiental. A Lei Orgânica de Hidrocarbonetos também é mencionada para ilustrar a falta de consulta aos povos indígenas. Outro exemplo citado é a criação de áreas de conservação ambiental, como a Área de Conservação Regional Cordillera Escalera, em detrimento da titulação de terras indígenas.

“Parece errado terem feito isso sem consulta prévia. Somos um povo, temos uma cultura viva, e estão nos matando. Todos aqui se conhecem, mas eles ficam apenas no escritório, não conhecem o território, não conhecem os indígenas. Não querem nos dar a propriedade [do território] porque ganham dinheiro com isso. No entanto, somos nós que estamos no território, somos nós que o conservamos, não eles. Somos uma comunidade nativa, só não estávamos formalizados.”

- Defensora da Selva Norte

O papel de defensora: violência de gênero e sobrecarga

A luta pela demarcação de territórios é um tema recorrente e uma demanda histórica. No entanto, a participação e o reconhecimento das mulheres nessa luta nem sempre são percebidos. A divisão por gênero do trabalho doméstico, que atribui às mulheres a responsabilidade pelo cuidado e pelas tarefas do lar, aliada à falta de renda, foi amplamente citada pelas mulheres entrevistadas no Peru como o principal desafio em sua atuação como defensoras. “Como sair de casa para defender o território sem contar com uma rede de apoio?” foi uma das questões mais discutidas. Esse desafio acaba levando a outros problemas, como a sobrecarga do trabalho comunitário e doméstico, além de problemas de saúde física e mental relacionados ao trabalho:

“É complicado, sendo mulher e mãe, sair do território, pois os filhos crescem e você tem que levá-los. Quando viajamos, o pai cuida deles, mas não é a mesma coisa.”

- Defensora da região de Madre de Dios

A ampliação do papel das mulheres para além das atividades domésticas é frequentemente vista de forma negativa por seus companheiros e líderes comunitários. Elas relatam que seu ativismo é encarado como uma ameaça à estabilidade familiar e aos cuidados “adequados” com os filhos e a casa. Como resultado, muitas mulheres sofrem proibições, abandonos e até violência doméstica como punição por se desviarem de seus papéis tradicionais. Também é preocupante que muitas entrevistadas tenham admitido sentir vergonha em denunciar a violência doméstica devido à ausência de canais institucionais e políticas públicas de proteção, bem como pela posição de liderança que ocupam. Os homens tendem a ver com ceticismo o caráter mais “político” do trabalho comunitário, e julgam as lideranças femininas inadequadas para relações amorosas, conforme revela o relato a seguir:

“[...] Há funcionários que te olham e dizem, ‘você não pode ter um relacionamento porque é uma mulher que se envolve nesse tipo de coisa’. Outros tentam prejudicar nossa autoestima com perguntas tolas ou generalizações sobre mulheres nativas. Isso às vezes provoca riso, às vezes raiva.”

- Defensora da Selva Norte

Dentro desse cenário, a violência doméstica se perpetua. As defensoras afirmam que alguns dos agressores são considerados “inimigos da comunidade”, pertencendo a grupos externos e que as atacam como forma de retaliação política por seu ativismo ambiental. No entanto, muitos desses agressores são membros da própria comunidade. Elas relatam que esses indivíduos muitas vezes gozam da proteção da comunidade, e que confrontá-los coloca as defensoras em uma posição de grande risco e vulnerabilidade.

“[...] Minha preocupação como mulher é que há grupos de homens que não aceitam a rejeição. Sempre digo que podem me ameaçar, podem até ameaçar tirar minha vida, como já fizeram, mas eu continuarei lutando. [...]”

- Defensora da Selva Norte

A escassez de recursos financeiros para apoiar as atividades de defesa do meio ambiente obriga essas mulheres a procurarem fontes alternativas de renda para seu sustento, especialmente porque muitas delas são as principais provedoras de suas famílias. Em contraste com a situação em outros países da região, onde há mais financiamento disponível, as lideranças peruanas têm de exercer outras atividades profissionais. Segundo dados do Instituto Igarapé, 83% das defensoras peruanas não recebem qualquer remuneração pelo seu ativismo ambiental.²⁸ Portanto, a falta de apoio financeiro não apenas dificulta o ativismo e a proteção dos territórios comunitários, mas também impõe um peso adicional sobre essas mulheres:

“Estar fora de casa é difícil porque muitas vezes não há dinheiro para continuar a luta. Às vezes, não podemos assumir cargos de liderança porque não temos como sair de casa e deixar os filhos.”

- Defensora da região de San Martín

Apesar das violências e vulnerabilidades enfrentadas, essas mulheres têm motivos para celebrar suas conquistas. As entrevistadas ressaltaram o aumento significativo de suas habilidades técnicas e influência política nos últimos anos, chegando a superar os homens de suas comunidades:

“Nós nos organizamos e realizamos várias marchas e lutas. Em uma ocasião, fomos até a fronteira com um funcionário da Direção de Agricultura e enfrentamos terceiros. Vestimos nossas roupas indígenas e estamos prontas para lutar, independentemente do resultado, porque é como dizem, “ou lutamos ou acabamos”. Sabíamos que estávamos arriscando nossas vidas, mas fizemos para defender o território. O processo de georreferenciamento foi iniciado por mim e agora estamos concluindo o que comecei. Queremos reivindicar o território que pertence à nossa comunidade, pois enfrentamos muitos problemas ao longo do tempo.”

- Defensora da região de Madre de Dios

“Quando solicitei a ampliação do meu território, algumas pessoas descobriram que as áreas adjacentes estavam vazias ou sem documentação e simplesmente invadiram. Isso foi problemático, porque cuidei desse território há anos e, segundo a lei ancestral, ele me pertence. Mas o Ministério da Agricultura não reconheceu isso e o classificou como território vago. Foi nesse momento que iniciei minha luta, enfrentando várias denúncias. Agora, finalmente, consegui a ampliação que buscava.”

- Defensora da região de Madre de Dios

A pressão exercida pelas atividades econômicas lícitas e ilícitas sobre o território

A violência, em suas diversas formas, é um fator chave para compreender os desafios enfrentados pelas defensoras do meio ambiente na Amazônia peruana. Existem também diferenças regionais significativas, especialmente em relação aos atores que exploram o território e exercem pressão sobre suas comunidades. Todas as mulheres entrevistadas destacaram a insegurança como um grande obstáculo para a proteção de seus territórios. Para elas, as ameaças aos seus territórios representam ameaças diretas à sua própria existência, cultura e ancestralidade.

Existem ações de entidades privadas e públicas que impactam o território e a segurança dessas mulheres, além da presença do crime organizado atuando na economia ilegal. A linha entre o legal e o ilegal é tênue e varia de acordo com o agressor.

Por exemplo, durante uma ação de monitoramento em Ucayali, as defensoras relataram a entrada não autorizada de uma empresa madeireira em sua comunidade, o que causou danos às florestas e à fauna local. Elas registraram uma queixa na Promotoria Especial para Assuntos Ambientais em Atalaya, com o apoio da organização que as representa.

Da mesma forma, as mulheres do povo indígena Harakbut, da Comunidade Nativa Barranco Chico, localizada em Madre de Dios, relataram que seu território foi invadido por uma empresa madeireira. Essa incursão ilegal levou à destruição significativa dos recursos florestais da região, afetando a fauna, os cursos de água e os igarapés. Elas formalizaram uma denúncia deste incidente às autoridades competentes, e o caso ainda está sendo investigado:

“Encontramos um trator e duas motocicletas em nosso território. Caminhamos desde as duas horas da tarde até às nove horas da noite até chegar ao barranco e lá encontramos os acampamentos. Havia umas 60 pessoas, então decidimos conversar e nos aproximamos segurando tochas. Eles falavam um idioma próprio, que não entendíamos. Queríamos saber: Quem são vocês? De onde vêm? Para onde vão?”

- Defensora da região de Madre de Dios

As mulheres de San Martín, sobretudo as líderes indígenas, enfatizaram que a atuação dos narcotraficantes compromete as atividades comunitárias, principalmente em regiões com cultivo de coca. Essa influência dos narcotraficantes cria um ambiente de insegurança generalizada, marcado por ameaças contínuas:

“Estou disposta a lutar, mas recebi ameaças contra a minha vida. Se eu tiver que perder a vida, que seja pelos meus filhos, para que o tráfico de drogas seja erradicado. Tenho muito medo.”

- Defensora quéchua da região de San Martín

Além de afetar as atividades econômicas e pôr em risco as fontes de sustento, as defensoras temem o recrutamento de crianças e adolescentes pelo tráfico de drogas, bem como a desintegração familiar. Essa preocupação é mais intensa nas áreas próximas às plantações de coca nos estados de San Martín, Junín e Ucayali. Todas as entrevistadas relataram ter recebido ameaças de morte, mas encaram sua luta como uma forma de proteger seus filhos do envolvimento com esses grupos ilícitos.

“Continuo lutando contra o envolvimento de meninas no tráfico de drogas. Mas alguns grupos de homens não se importam, e estamos lutando contra eles também.”

- Defensora da região de San Martín

Essas ameaças se estendem aos membros de suas famílias e à comunidade em geral. No entanto, apesar do medo, as mulheres defensoras ressaltam a coragem e o forte vínculo entre elas, que as motiva a continuar lutando pela defesa de seus territórios. Essa luta é fortalecida pela participação social intensa:

“Sinto que em algum momento podem nos atacar e nos fazer desaparecer. Não sei se farão isso comigo, mas podem atacar minha família, pois é uma máfia, mas temos que continuar nos defendendo. Quando se nasce para isso, as ameaças não mudam nada. Se eu tiver que perder minha vida, que seja.”

- Defensora quéchua da região de San Martín

“Se alguém matar uma de nós, não matará a todas. Uma morre, outra se levanta. Não conseguirão acabar com todas nós.”

- Defensora quéchua da região de San Martín

Em Ucayali e Madre de Dios, discussões em grupos focais revelaram que o deslocamento forçado está se tornando cada vez mais comum. As defensoras são forçadas a abandonar suas casas devido a ameaças de violência e aos assassinatos de líderes comunitários. Nessas regiões, a maior preocupação está relacionada à atividade de madeireiros, tanto os que operam legais quanto ilegalmente, ao controle territorial exercido por eles e às ações hostis contra os povos indígenas locais. As defensoras e suas famílias, além de perderem o direito coletivo ao território, são obrigadas a deixar suas casas devido a ameaças.

Como podemos observar, os desafios enfrentados pelas mulheres defensoras peruanas estão intrinsecamente relacionados à sua identidade indígena, à relação com seus territórios e ao aumento da pressão de atividades econômicas lícitas e ilícitas. Uma análise focada em gênero mostra que as expectativas sociais em relação aos seus papéis na sociedade têm um impacto direto nos riscos e vulnerabilidades a que estão sujeitas. Com base nesses achados e nas contribuições dessas mulheres, propomos algumas recomendações e estratégias para enfrentar e superar esses problemas.

Caminhos possíveis

Para entender os desafios enfrentados pelas mulheres na Amazônia – não apenas no Peru, mas em toda a região – é essencial reconhecer as particularidades culturais e o impacto da degradação ambiental em seus meios de subsistência e cultura. Isso também envolve refletir sobre como estereótipos de gênero e outras identidades influenciam o cotidiano dessas mulheres e podem determinar os riscos aos quais estão expostas. As recomendações a seguir para abordar esses desafios emergiram dos grupos de discussão realizados no Peru.

Aprimorar os **mecanismos de proteção** existentes, adotando uma abordagem participativa, inclusiva e diversa, foi o principal tema destacado pelas participantes. Vejamos quais outros pontos elas enfatizaram:

- **Implementação de mecanismos de proteção para os povos indígenas**, focando nas mulheres indígenas que sofrem violências e nos riscos que vão além da questão de gênero, incluindo ameaças ao seu modo de vida e meios de subsistência, assim como o racismo na sociedade peruana.
- **Colaboração com as organizações indígenas**. Os mecanismos de proteção precisam ter uma perspectiva inclusiva, que considere não só a especificidade da cultura indígena e a maneira como enfrentam riscos e vulnerabilidades, mas também como aproveitam o conhecimento e os recursos que possuem. Segundo as participantes da pesquisa, a ação envolveria a cooperação de organizações que possuem estrutura, como embarcações, que poderiam ser emprestados à polícia para atividades de patrulhamento das comunidades.
- **Simplificação do processo de reconhecimento do papel das defensoras dos direitos humanos** e do meio ambiente perante o Estado. Apesar de o Ministério da Justiça já reconhecer oficialmente essa função, o procedimento para obter tal registro é complexo. As mulheres defensoras afirmam que possuir essa certificação poderia facilitar, por exemplo, o acesso a recursos e investimentos internacionais voltados para a proteção da natureza.
- **Criação e fortalecimento dos mecanismos de autoproteção**. A ideia é que as defensoras se tornem mais resilientes frente às ameaças que enfrentam. Apesar da necessidade de aprimorar os mecanismos de proteção, incorporando uma abordagem de gênero interseccional, as defensoras destacaram que várias estratégias de autoproteção ainda são mal compreendidas e poderiam ser fundamentais para aumentar sua segurança e bem-estar. Parcerias com organizações e organismos capazes de fornecer treinamento nesse aspecto são cruciais.

Ações que visam o reconhecimento, a visibilidade e o empoderamento de mulheres defensoras também foram citadas nas entrevistas. Nesse sentido, veja quais foram as recomendações:

- **Promoção da igualdade de gênero e participação das mulheres indígenas nos espaços de tomada de decisão.** Isso pode ser alcançado através da alteração dos estatutos comunitários e organizações indígenas para incorporar a paridade de gênero ou alternância nas eleições das diretorias comunitárias e indígenas. A troca de experiências com mulheres líderes estabelecidas pode inspirar novas lideranças e orientar ações futuras.
- **Participação masculina em questões de gênero.** Avanços no enfrentamento das questões de gênero são limitados sem o engajamento ativo dos homens. Assim, é essencial que eles façam parte das discussões relacionadas a esses temas.
- **Apoio ao trabalho de mulheres defensoras.** Isso incluiu o fortalecimento das capacidades relacionadas a gênero, com uma abordagem intercultural que leve em conta a percepção dos povos indígenas sobre o tema. A coordenação contínua com parceiros e a busca de novos colaboradores focados em questões indígenas são fundamentais. Além disso, foi enfatizada a necessidade de um orçamento específico para implementar atividades voltadas para as mulheres indígenas.
- **Capacitação e coordenação, em conjunto com organizações indígenas e instituições parceiras:** esforços colaborativos para atividades de formação em várias áreas podem ser uma estratégia eficaz para atender a essas necessidades.

Notas de fim

1. A técnica de avaliação rural participativa é conhecida, em inglês, como PRA (Participatory Rural Appraisal).
2. [WID.world](#) é uma base de dados aberta e acessível que fornece informações sobre a evolução histórica da distribuição global de renda e riqueza.
3. Cotler, J. (2005). “Clases, Estado y nación en el Perú”. Lima: IEP, Série Perú Problema, 17.
4. Segundo o El Mercurio, jornal de maior circulação no Peru, o governo retirou e pediu desculpas pela declaração, afirmando que não se tratava de discriminação contra a região. <https://elcomercio.pe/politica/actualidad/dina-boluarte-puno-no-es-el-peru-presidencia-pide-disculpas-por-frase-y-niega-que-sea-discriminacion-o-soberbia-noticia/> El Comercio, 24 de janeiro de 2023.
5. Ministério do Ambiente do Peru. “Perú, país de bosques”. <https://www.minam.gob.pe/programa-bosques/peru-pais-de-bosques/>
6. Defensoria do Povo do Peru. [Mapas de Conflictos Sociales](#).
7. Global Witness (2021). [Última línea de defensa: las industrias que causan la crisis climática y los ataques contra personas defensoras de la tierra y el medioambiente](#).
8. [Tierra de Resistentes](#) (2021). “Lo que dicen los datos sobre los ataques a los resistentes”.
9. Instituto Igarapé e InSight Crime (2022). “As raízes do crime ambiental na Amazônia peruana”. <https://igarape.org.br/as-raizes-do-crime-ambiental-na-amazonia-peruana/>
10. Ibid.
11. Mongabay (2020). “líderes indígenas peruanos estão sendo assassinados e ameaçados por invasores e narcotraficantes nos distritos de Puerto Bermúdez e Constitución”. <https://es.mongabay.com/2020/09/peru-lideres-indigenas-asesinados-y-amenazados-por-invasores-y-narcotraficantes/>
12. Mongabay (2023). [Saweto](#): quase uma década de ameaças na comunidade indígena que teve quatro líderes assassinados por madeireiros.
13. Mapa de Fiscalização Ambiental, órgão de avaliação e fiscalização ambiental (OEFA) do governo peruano. <https://pifa.oefa.gob.pe/mfiscamb/index.html>
14. Mapa Mundial de Justicia Ambiental (2022). “Comunidade indígena Três Ilhas, mineração ilegal, exploração petrolífera em Madre de Dios”. <https://ejatlas.org/conflict/comunidad-indigenatres-islas-y-mineria-ilegal-en-madre-de-dios?translate=es>
15. “Territorio Matsés: un Pueblo Indígena Peruano que alcanzó dos formas de titulación de su territorio”. https://www.territorioindigenaygobernanza.com/web/per_14/
16. Mongabay (2023). Parcerias Público-Privadas para aumentar o investimento em infraestrutura / LIVRO. <https://es.mongabay.com/2023/09/asociaciones-publico-privadas-para-elevar-inversion-en-infraestructura-libro/>, 25 de setembro de 2023.
17. Grupo focal realizado em parceria com a Sociedade Peruana de Direito Ambiental (SPDA).
18. Camille Boutron (2014). “De las experiencias invisibles: las mujeres en los Comités de Autodefensa durante el conflicto armado en Perú (1980-2000)”. Colombia Internacional, nº 80, pp. 234-251, 2014.
19. A cartilha informativa da Defensoría del Pueblo destacou que “a falta de reconhecimento, titulação ou georreferenciamento de suas comunidades facilita a presença de atividades ilegais ou a ocupação não autorizada de suas terras”. Ver Defensoría del Pueblo (2022). “Mecanismos de protección para personas defensoras indígenas y ambientales de la Amazonía”. Disponível em: <https://www.defensoria.gob.pe/wp-content/uploads/2022/03/Cartilla-Defensores.pdf>.
20. De acordo com um relatório da Anistia Internacional, pelo menos seis defensores dos direitos humanos foram mortos durante o ano de 2022 nas regiões de Madre de Dios, Loreto, Junín e Huánuco. O relatório destaca que essa situação foi agravada pela incapacidade das autoridades em fornecer segurança adequada nessas regiões. Os defensores dos direitos humanos estão particularmente vulneráveis devido aos riscos associados à exploração madeireira ilegal e ao tráfico de drogas. Ver Anistia Internacional. Direitos Humanos no Peru (2022). Disponível em: <https://www.amnesty.org/en/location/americas/south-america/peru/report-peru/>
21. Conforme destacado no documento elaborado pela [Relatora Especial das Nações Unidas para os Defensores dos Direitos Humanos, Mary Lawlor](#), há uma preocupação com o uso excessivo de força pelo governo peruano durante as manifestações. O documento ressalta que a partir de dezembro de 2022, as mulheres peruanas têm desempenhado um papel fundamental na distribuição de alimentos, logística e no monitoramento de violações dos direitos humanos. Seu trabalho e comprometimento foram essenciais para garantir que os membros de comunidades de áreas remotas pudessem exercer seu direito de protestar.
22. Relator Especial da ONU sobre Direitos Humanos (2023). “Defenders Peru: Disturbing news on the situation of women human rights defenders”. Disponível em: <https://srdefenders.org/information/peru-disturbing-news-on-the-situation-of-women-human-rights-defenders>
23. Mecanismo Intersetorial para a Proteção de Pessoas Defensoras de Direitos Humanos. [Direção Geral de Direitos Humanos](#).

24. Instituto de Democracia e Direitos Humanos (Idehpucp). Segundo os pesquisadores Francisco Rivasplata Cabrera e Geraldine Chavez Villafane, da Pontifícia Universidade Católica do Peru, a falta de diretrizes para a implementação de medidas protetivas dificulta a estratégia de financiamento e a execução oportuna das medidas de proteção solicitadas por defensores dos direitos humanos em situações de risco. <https://idehpucp.pucp.edu.pe/analisis1/defensores-de-derechos-humanos-en-el-peru-a-dos-anos-de-la-creacion-del-mecanismo-intersectorial-para-la-proteccion-de-las-personas-defensoras-de-derechos-humanos/>
25. O antropólogo peruano Julio Cotler argumentou, em 2005, que a exclusão da cidadania nas camadas mais baixas da sociedade foi estrategicamente utilizada para atrapalhar a participação política. Segundo ele, isso é um problema histórico da subjugação de camponeses e indígenas, uma prática que perpetuou uma estrutura de clientelismo na sociedade peruana. Complementando essa perspectiva, o sociólogo Danilo Martucelli, em 2021, observou que a instabilidade política enfraqueceu a relação entre o Estado e a sociedade a ponto de gerar uma informalidade generalizada, dificultando a institucionalização dos direitos. Ver Martucelli, D. (2021), “La sociedad desformal: el Perú y sus encrucijadas”, do projeto Plataforma Democrática, e Cotler, J. (2005), “Clases, Estado y nación en el Perú”. Lima: IEP, Série Perú Problema, 17.
26. De acordo com o DNI (Documento Nacional de Identidade) do Peru, em 2022, mais de 900.000 peruanos não possuíam o Documento Nacional de Identidade (DNI). As áreas rurais, os Andes e a região da Amazônia foram as mais afetadas por essa falta de documentação.
27. De acordo com o [Artigo 6º da Convenção nº 169 da OIT relativa aos Povos Indígenas e Tribais](https://www.oas.org/dil/port/1989%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20Povos%20Ind%C3%ADgenas%20e%20Tribais%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20OIT%20n%20C2%BA%20169.pdf), os governos devem consultar os povos interessados por meio de procedimentos, especialmente através de suas instituições representativas, sempre que estiverem em consideração medidas legislativas ou administrativas que possam impactar diretamente os povos indígenas. Ver Organização Mundial do Trabalho (OIT). 1989. Disponível em: <https://www.oas.org/dil/port/1989%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20Povos%20Ind%C3%ADgenas%20e%20Tribais%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20OIT%20n%20C2%BA%20169.pdf>
28. Instituto Igarapé. “Somos vitórias-régias”. Para mais informações, veja: <https://igarape.org.br/temas/seguranca-climatica/defensoras-da-amazonia/somos-vitorias-regias/>

Autoria

Renata Avelar Giannini

Pesquisadora

Igor Novaes Lins

Pesquisador

Katherine Aguirre

Pesquisadora

Projeto gráfico

Raphael Durão

Coordenador Criativo

André Gutierrez

Estagiário de Design

Revisão de conteúdo

Melina Riso

Diretora de Pesquisa

Defensoras

Susy Díaz González

Miluska Elguera

Edição

Debora Chaves

Editora



INSTITUTO IGARAPÉ

a think and do tank

O Instituto Igarapé é um think and do tank independente, que desenvolve pesquisas, soluções e parcerias com o objetivo de impactar tanto políticas como práticas públicas e corporativas na superação dos principais desafios globais. Nossa missão é contribuir para a segurança pública, digital e climática no Brasil e no mundo. O Igarapé é uma instituição sem fins lucrativos e apartidária, com sede no Rio de Janeiro e atuação do nível local ao global.

Saiba mais sobre o programa de segurança climática do Instituto Igarapé em: igarape.org.br/temas/seguranca-climatica

Apoio:



Instituto Igarapé

Rio de Janeiro - RJ - Brasil

Tel/Fax: +55 (21) 3496-2114

contato@igarape.org.br

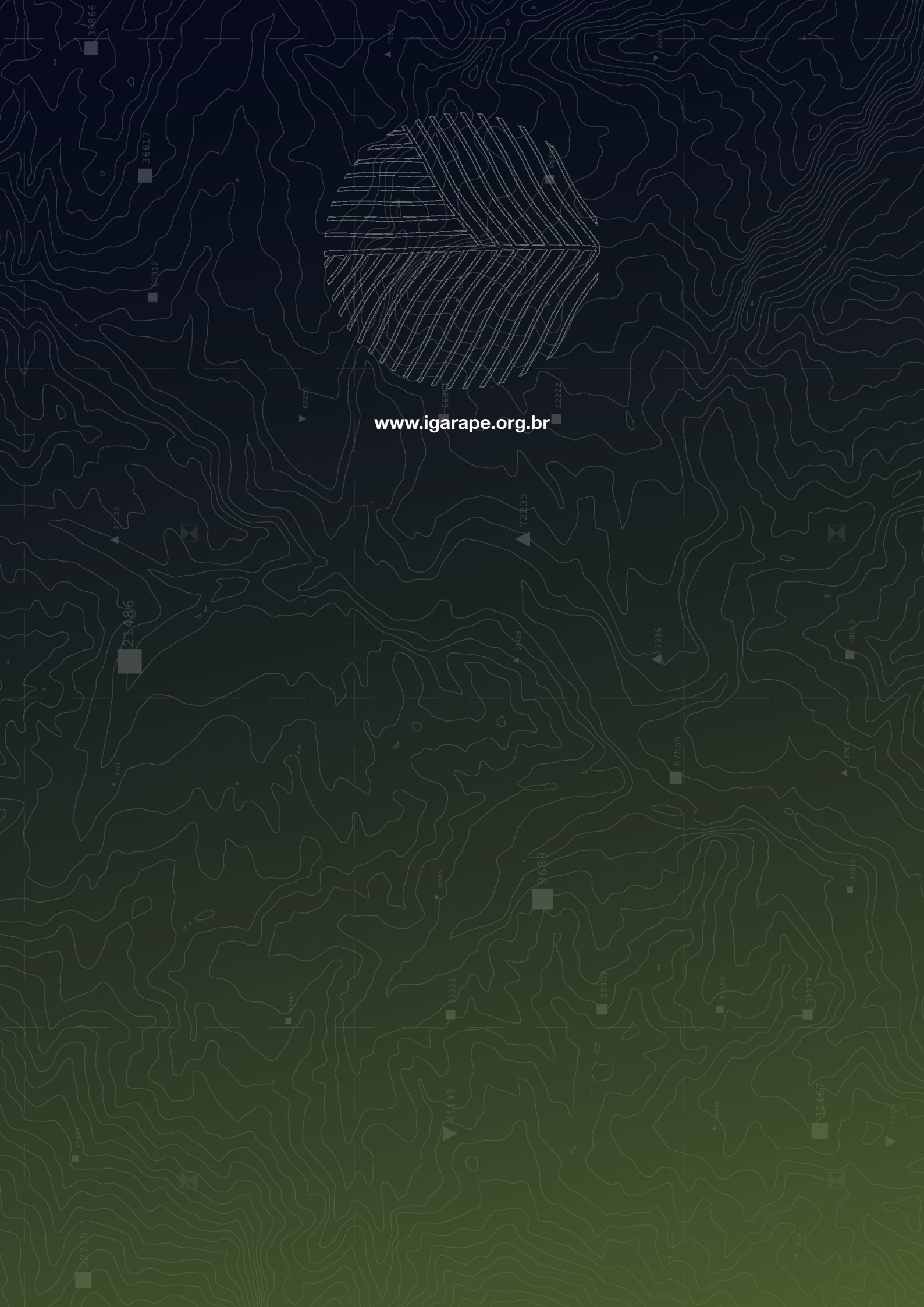
press@igarape.org.br

facebook.com/institutoigarape

twitter.com/igarape_org

instagram.com/igarape_org

www.igarape.org.br



www.igarape.org.br

33866

36617

84912

72300

20636

29125

40235

669

12222

21486

72235

37403

7356

78053

933

87555

16762

33855

9689

37532

7401

13313

20403

31193

18179

32739

61793

6886

32467

70806